

Base da comunicação de Serge Latouche, Professor emérito de economia - Université d'Orsay, na conferência "Decrescimento, uma proposta polémica". Organizada pelo CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral - no âmbito do projeto "Contraponto leituras plurais do mundo os modelos de desenvolvimento em questão", a conferência realizou-se a 8 de março de 2012, na Fundação Calouste Gulbenkian.

A crise do Ocidente e as respostas do decrescimento

Introdução: a crise está na ordem do dia. Nos jornais e nos *media*, não se fala de outra coisa. Mas de que crise estamos a falar? Crise das dívidas soberanas? Crise do Euro? Crise da Europa? Crise da contratação laboral? Desde maio de 1968, passamos por uma crise cultural e ética, uma crise ecológica desde 1972, com a publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, uma crise social desde a contra revolução neoliberal dos anos 1980-90, uma crise financeira desde agosto de 2007 com os *subprimes*, enfim uma crise económica desde o dia 15 de setembro de 2008 após a queda do banco Lehman Brothers. Finalmente, todas as crises se juntam e se acumulam para constituir hoje uma crise de civilização.

Existe no entanto um paradoxo, porque tradicionalmente, a crise designa um momento preciso do tempo e não um período tão longo que se estende por mais de quarenta anos (de 1968 até hoje). Segundo a medicina hipocrática, a *crisis* é um momento decisivo na evolução da doença. O que vivemos parece mais o fim de uma época histórica, como a queda do império romano que um evento instantâneo. Aliás, numa obra coletiva intitulada "Para onde vai o mundo? 2012-2022: uma década à frente das catástrofes"¹, intitulei assim o meu contributo: "A queda do Imperio romano não terá lugar, mas a Europa de Carlos Magno vai estalar". Quero assim dizer que é impossível dar uma data para a queda do Ocidente, visto que o declínio se está a prolongar há muito tempo via uma serie de catástrofes mais ou menos previsíveis, enquanto a construção europeia, comparável à tentativa de Carlos Magno que ia a contra corrente de um processo de decomposição, está a afundar-se depois de algumas décadas heróicas.

No entanto, se o uso paradoxal do termo crise se impõe para designar este processo de longa duração, é porque a civilização ocidental tal como a conhecemos há três séculos é muito peculiar. Trata-se de uma sociedade de crescimento, ou seja uma organização humana quase totalmente dominada pela economia. Ora ela só encontra equilíbrio numa fuga para frente, tal como um ciclista que cai se parar de pedalar. Quando o crescimento deixa de existir numa sociedade de consumo, está mal. É precisamente o que está a acontecer desde os anos setenta. A doença não para de declarar-se e esta suspensão no tempo pode durar ainda bastante...

¹ Yves Cochet, Jean-Pierre Dupuy, Susan George, Serge Latouche, *Mille et une nuits*/Fayard, fevereiro de 2012.

O diagnóstico sendo efetuado, propor um curativo para aliviar o paciente constitui um grande desafio para os objetores de crescimento. Por um lado, se a proposta de decrescimento consistir, de facto, em sair da sociedade de consumo para construir uma sociedade de abundância frugal ou de prosperidade sem crescimento, trata-se de uma utopia concreta. Dito de outra forma, de uma visão coerente para uma alternativa, com certeza possível mas ideal e exequível apenas a longo prazo. Por outro lado, o projeto que os objetores do crescimento têm desenvolvido é efetuado a partir de uma posição de “científico”, ou seja para retomar a distinção e a análise de Max Weber, segundo a ética da convicção e não segundo a ética da responsabilidade que preside a ação do político. As concessões necessárias para conseguir que qualquer reforma seja concluída, bem assim como as negociações em função das relações de força são-nos estranhos. Muito bem! Mas entretanto que fazer? Perguntam-me os deputados Verdes da Grécia. Face a este duplo desafio, não quis furtar-me e aceitei apresentar em Bruxelas no seio do Parlamento europeu as soluções dos “decrecentes” para a Grécia, em primeiro lugar e de forma mais abrangente para todos os países em crise, com o título: “A dupla impostura da “ritoma””.

O que é a “ritoma”? É, no fundo o que foi proposto na cimeira (G8/G20) de Toronto em Setembro de 2009, ou seja um programa que apresenta em simultâneo retoma e austeridade. A primeira-ministra alemã, Ângela Merkel, defendia uma vigorosa política de rigor e de austeridade. O presidente americano, Barack Obama, receando quebrar o tímido arranque da economia mundial e estadunidense com uma política deflacionista, advogava a favor da retoma razoável. O acordo final assentou numa síntese mal equilibrada: a retoma controlada pelo rigor e a austeridade temperada pela retoma. A nossa ministra da economia, que ainda não era presidente do FMI, Christine Lagarde, arriscou então o neologismo “ritoma” (contração de rigor e retoma)! Assim, caminhava nas pegadas do conselheiro do presidente Sarkozy, Alain Minc, que, questionado sobre o que se devia fazer na situação crítica causada pela desestabilização dos Estados pelos mercados financeiros que estes mesmos Estados tinham acabado de salvar da bancarrota, respondeu com esta fórmula admirável: é preciso carregar ao mesmo tempo no travão e no acelerador. Para ser coerente com o nosso projeto a longo prazo, a orientação no sentido do decrescimento não pode ser senão o exato contrário da ritoma: nem rigor, nem retoma!

I - Nem rigor: Recusar a austeridade.

Rejeitar o rigor ou a austeridade é uma posição para a qual encontramos aliados (ainda que muito minoritários) tanto economistas, como por exemplo, em França, Frédéric Lordon, Jacques Sapir, Emmanuel Todd e mesmo o único dito Nobel de economia francês, Maurice Allais, ou em Itália, Loretta Napoleoni, tanto quanto políticos, como por exemplo Jean-Luc Mélenchon no seu programa atual e ainda o socialista Arnaud Montebourg (sem mencionar, *horresco referens*, Marine le Pen que recupera no modo populista algumas aspirações legítimas ou de forma mais honrosa, Nicolas Dupont-Aignan). Em Portugal, Mário Soares. Todos se reencontram na ideia de “desmundialização” que recolhe igualmente o favor dos objetores do decrescimento.

A crise grega inscreve-se no contexto mais alargado de uma crise do Euro e de uma crise da Europa. É igualmente uma crise civilizacional da sociedade de consumo, tal como o sublinhamos, ou seja uma crise que se junta à uma crise financeira, uma crise económica, uma crise social, uma crise cultural e uma crise ecológica. A minha convicção profunda é a de que ao resolver a crise da Europa e do Euro, senão a crise da civilização consumista, resolveremos a crise grega, mas ao manter a Grécia com doses de empréstimos condicionadas por doses de austeridade cada vez mais fortes, não salvaremos nem a Grécia, nem a Europa e os povos terão mergulhado no desespero.

Rejeitar a austeridade supõe antes de tudo levantar dois tabus que estão na base da construção europeia: o protecionismo e a inflação. O projeto do decrescimento, implica reabilitar estes dois fenómenos que podem ter sido objeto de políticas sistemáticas no passado. As políticas tarifárias de construção e de reconstrução do aparelho produtivo, de defesa de atividades nacionais e de proteção social e as de financiamento do deficit orçamental pelo recurso sensato à emissão de moeda provocando este “*gentle rise of price level*” (inflação moderada) preconizada por Keynes, acompanharam o excecional crescimento das economias ocidentais do pós-guerra, o que se chama em França as “*trente glorieuses*” – ou seja o único período na historia moderna durante o qual as classes trabalhadoras tiveram acesso a um relativo bem-estar. Estes dois instrumentos foram proscritos pela contra revolução neoliberal e os políticos que hoje os querem protagonizar são anatemizados, ainda que todos os governos que o possam fazer recorram a estes instrumentos de forma mais ou menos sub-reptícia e insidiosa.

Como todos os instrumentos, o protecionismo e a inflação podem ter efeitos negativos e perversos – e são sobretudo estes que podemos observar hoje, consequência da sua utilização vergonhosa² – mas é indispensável saber recorrer a estes de forma inteligente para resolver as crises atuais de forma satisfatória do ponto de vista social. Evitar a catástrofe da austeridade deflacionista, mas igualmente o desastre ambiental decorrente de uma retoma produtivista. Trata-se antes de tudo de deixar de recorrer ao empréstimo para financiar o défice público. O reembolso dos empréstimos que está na origem da crise das dívidas soberanas representa uma parte cada vez mais importante das despesas orçamentais e acaba por ser um *presente* oferecido pelos contribuintes aos agiotas e aos banqueiros.

Ora, atualmente, para financiar o impasse orçamental pelo recurso ao instituto de emissão de moeda e para desvalorizar uma moeda cuja taxa de câmbio face ao dólar asfixia as nossas economias, é provavelmente necessário sair do Euro, a não ser que se possa corrigi-lo. É necessário reapropriar-se da moeda que deve reencontrar o seu lugar: servir e não gerar servos. A moeda pode ser um bom servidor, mas é sempre um mau mestre.

Enquanto se renuncia a taxação dos *super* proveitos bancários e financeiros, a austeridade atinge fortemente os assalariados assim como as classes

2 O protecionismo agrícola do Norte é o mais conhecido. Segundo o Banco Mundial, a consequência reside na perda de 50 bilhões de dólares por ano pelos países exportadores do Sul. O deputado Verde alemão, Sven Giegold, deu um outro exemplo menos visível, ou seja a política fiscal alemã para forçar as exportações.

medias e inferiores com a queda dos rendimentos, a redução das prestações sociais e o adiamento da idade da reforma (o que significa concretamente a redução do seu montante). Para completar tudo isso e preparar a mítica retoma, desmantela-se cada vez mais os serviços públicos e privatiza-se a todo o vapor o que ainda não o foi, com supressão maciça de postos de trabalho (ensino, saúde, substituição de um funcionário para cada dois, etc.). Assista-se a uma estranha concorrência masoquista à austeridade. Se o país A anuncia uma diminuição de vencimentos de 20 %, logo o país B anuncia que vai fazer melhor com 30 %, enquanto o C para não ficar atrás apressa-se a acrescentar medidas ainda mais rigorosas. Instigados pela publicidade omnipresente a consumir cada vez mais sem que existem os meios para tal e a endividar-nos sem perspectiva de poder reembolsar, teríamos de uma certa maneira que expiar pela pseudo festa consumista continuando em alimentá-la na tristeza.

Esta política de austeridade estúpida só pode gerar um ciclo deflacionista que precipitará a crise que uma retoma puramente especulativa não impedirá; e os Estados exangues não poderão mais salvar os bancos com ajudas de biliões de dólares. Esta política não é apenas imoral, é igualmente absurda. Levará ao fracasso do Euro ou mesmo da Europa e a catástrofe social e naturalmente ecológica.

Enquanto estamos a rumar para esta eventualidade, se os objetores de crescimento fossem levados a gerir os assuntos da Grécia, por exemplo, ou os de qualquer outro país em situação de crise, qual seria a sua política? O repudio puro e simples da dívida, ou seja, a bancarrota do Estado seria um remédio drástico que resolveria o problema suprimindo-o. Visto a impossibilidade da Grécia em pagar a dívida, é melhor imputar o “*default*” de pagamento aos *investidores* em vez de o fazer suportar ao conjunto dos contribuintes europeus. Todavia esta solução radical, que não é de excluir e que teria de bom grado o favor dos “decrecentes”, poderia contribuir para mergulhar o país no caos. O problema, de facto, é que na prática, a crise do endividamento dos Estados é apenas uma parte do problema. A resposta teórica à dívida dos Estados que, mesmo para os mais endividados, é o equivalente ao valor do PIB, é muito mais fácil de dar que aquela que diz respeito a solução da inflação mundial dos créditos que tiveram a sua origem na especulação financeira³. A ameaça de um risco sistémico não deve ser descartada.

No que diz respeito a dívida pública, anulá-la significaria atacar não só os bancos e os especuladores, mas igualmente direta ou indiretamente os detentores de pequenas poupanças e os reformados que confiaram no Estado ou que foram burlados pelos bancos que os levaram a aceitar aplicações complexas incluindo títulos duvidosos. Uma reconversão negociada (o que equivale a uma bancarrota parcial), à semelhança do que aconteceu na Argentina depois da queda abrupta do peso, ou depois de uma auditoria, como proposto por Eric Toussaint e por uma coligação de ONG's para determinar a parte abusiva da dívida, como aconteceu no Equador

3 Segundo o Banco dos Regulamentos Internacionais em Basileia, de facto, em fevereiro de 2008, a criação de produtos derivados atingia 600 000 biliões de dólares, ou seja 11 à 15 vezes o produto mundial e o total das liquidez criadas pode ser estimado a um milhão de biliões, ou seja mais vinte vezes o produto mundial! Aí, fora um afundamento, mesmo um decrescente não tem o remédio milagroso para aterrar suavemente...

liderado por Correa, é sem duvida preferível⁴. Podemos ainda prever a manutenção do mesmo valor do título para os pequenos portadores e uma depreciação de 40 à 60 % para os outros ou ainda recorrer a um “*haircut*” fiscal⁵. Para tratar do resto da dívida, um aumento das receitas fiscais por um imposto excecional sobre os proveitos financeiros, como a Hungria o faz, não seria mal vindo e a implementação da fiscalidade progressiva com, em primeiro lugar, no caso francês, o abandono *efetivo* da proteção fiscal e dos nichos fiscais escandalosos.

Numa sociedade de crescimento sem crescimento, o que corresponde mais ou menos à situação atual, o Estado é condenado a impor o inferno da austeridade aos cidadãos, e como premio a destruição dos serviços públicos e a privatização do que é ainda possível vender “dentro das jóias de família”. Assim, corre-se o risco de criar uma deflação e entrar no ciclo infernal de uma espiral depressiva. É precisamente para evitar isso que devemos enveredar no sentido de sair da sociedade de crescimento e construir uma sociedade de decrescimento.

II - Nem retoma: Sair da religião do crescimento.

Rejeitar a retoma do crescimento e sair da religião do crescimento é uma posição muito mais difícil de defender que recusar a austeridade. Esta posição, em teoria, é apenas defendida pelos únicos “objetores de crescimento” e só admitida na prática por alguns ecologistas pelo longo prazo, mas singularmente esquecida para o curto prazo pela maioria de entre eles como Daniel Cohn-Bendit. Felizmente, encontramos um aliado de peso inesperado na pessoa do antigo Secretário do Partido comunista italiano, Enrico Berlinguer. Sob o nome de austeridade (ao qual preferimos substituir o menos ambíguo de frugalidade), ele contestava, em 1977, a política de crescimento para sair da crise. “Para nós, a austeridade é o meio para se opor às raízes de um sistema cujos caracteres distintivos são o desperdício e o esbanjamento, a exaltação dos particularismos e do individualismo mais desenfreado, do consumismo mais insensato, sistema que entrou numa crise estrutural e fundamental, não conjuntural, e assentar as bases para o ultrapassar⁶.”

Notamos antes de mais que a retoma da senhora Lagarde é a retoma da economia de casino, da especulação bolsista e imobiliária, no essencial. É a ilusão do crescimento, sem a prosperidade... E, de facto, para os governos em função, o slogan “retoma, austeridade” significa a retoma para o capital e a austeridade para as populações. Em nome da retoma, alias largamente ilusória, do investimento e do relançamento completamente falacioso do emprego, reduzem-se ou suprimam-se, os encargos sociais, a taxa

4 Ver, Michel Taille, *Vu de Quito, Rafael Correa met la dette équatorienne au carré*, Le Monde, 27/28 de agosto de 2011

5 É o que propõe Thomas Piketti numa tribuna do jornal Libération de 28 de junho. Trata-se de obter o pagamento de parte do reembolso da dívida pelos bancos.

6 “Per noi l’austerità è il mezzo per contrastare alle radici e porre le basi del superamento di un sistema che è entrato in una crisi strutturale e di fondo, non congiunturale, di quel sistema i cui caratteri distintivi sono lo spreco o lo sperpero, l’esaltazione di particolarismi o dell’individualismo più sfrenati, del consumismo più dissennato”. La via dell’austerità, edizioni dell’asino, p.25.

profissional e o imposto sobre os lucros das empresas. Face a esta medida muito atual, alguns bons espíritos, como Joseph Stiglitz, preconizam velhas receitas keynesianas da estimulação do consumo e do investimento para reativar o crescimento. Esta terapia não é desejável. Não desejável porque o planeta já não a pode suportar, impossível, talvez, porque, tendo em conta o esgotamento dos recursos naturais (entendidos no sentido lato), desde os anos 70, já, os custos do crescimento (quando acontece) são superiores aos seus benefícios. Os ganhos de produtividade expectáveis são nulos ou quase nulos. Para prolongar por mais alguns anos a ilusão do crescimento, seria necessário privatizar ainda mais, trazer para a esfera do mercado as últimas reservas de vida social e aumentar artificialmente o preço dos bens cujo valor de uso está a diminuir.

No entanto, este programa social-democrata que constitui o fundo de comércio dos partidos de oposição da esquerda clássica não é credível, primeiro porque estes partidos não estão em condição de pôr em causa o círculo vicioso do quadro neoliberal para a construção do qual eles próprios contribuíram ao longo dos últimos trinta anos e porque supõe uma submissão sem falha aos dogmas monetaristas. O exemplo da Grécia é, nisso, muito eloquente.

Trata-se de sair do imperativo do crescimento, dito de outra maneira, de rejeitar a procura obsessiva do crescimento. Esta não é (e não deve ser) um objetivo em si; não serve para suprimir o desemprego⁷. E preciso tentar construir uma sociedade de abundância frugal, ou para dizer como Tim Jackson, de prosperidade sem crescimento.

O primeiro objetivo da transição deveria ser a procura do pleno emprego para remediar a miséria de uma parte da população. Podia ser efetuada por uma realocação sistemática das atividades úteis, uma reconversão progressiva das atividades parasitárias como a publicidade ou prejudiciais como o nuclear e o armamento, e uma redução programada e significativa do tempo de trabalho. A realocação, peça central da utopia concreta do decrescimento, permite lançar o processo de desmundialização e iniciar a desmercantilização do trabalho e da terra, condição para a rutura. Para o resto, é o recurso a emissão de moeda e portanto uma inflação controlada (digamos mais ou menos 5 % ao ano) que iremos preconizar para financiar os investimentos necessários a reconversão ecológica e a transição. Esta solução *keynesiana*, que equivale ao recurso a uma moeda de lastro, estimulando a atividade económica, sem por isso entrar na lógica do crescimento ilimitado, iria favorecer a solução a curto prazo de problemas gerados pelo abandono da religião do crescimento.

Claro, este belo programa é mais fácil enunciar que realizar. No caso da Grécia, supõe no mínimo a saída do Euro e o restabelecimento da dracma, provavelmente inconvertível, com o que isso implica: controlo dos câmbios e

7 Segundo os cálculos d'Albert Jacquard, (*J'accuse l'économie triomphante*, Calmann Lévy 1995/Poche 2004, p. 63), estima-se que um crescimento do PIB francês de 4 % ao ano levaria a uma diminuição do desemprego de 2 %. A este ritmo, dentro de cinquenta anos, o PIB terá sido multiplicado por 7 (+ 600 %) mas o número de desempregados diminuiria apenas de 64 %. Sendo que o desemprego, todas categorias juntas, diria respeito a 5 milhões de pessoas em 2010, estaríamos muito longe do pleno emprego em 2060, visto que substituiriam um pouco menos de 2 milhões de desempregados.

restabelecimento das alfândegas, o necessário protecionismo seletivo desta estratégia iria horrorizar os peritos de Bruxelas e da O.M.C. Seriam de esperar medidas de represália e tentativas de destabilização exteriores acompanhadas da sabotagem interna por parte dos que se sentiriam lesados nos seus interesses. Portanto este programa parece hoje muito utópico, mas quando estivermos no fundo do marasmo e da verdadeira crise que nos espera, irá parecer desejável e realista.

Conclusão: na tragédia grega antiga, a catástrofe é a escrita da estrofe final. Estamos aí. Um povo vota maciçamente num partido socialista cujo programa era classicamente social-democrata e, submetido à pressão dos mercados financeiros, é-lhe imposto uma política de austeridade neoliberal por este mesmo partido que obedece aos ditames constantes da troika (a comissão europeia de Bruxelas, o B.C.E. e o Fundo Monetário Internacional). Proibido do referendo por Merkozy, a Grécia vê-se obrigada a escolher um governo de tecnocratas ultraliberais, provenientes da Goldman Sachs, encarregues de reforçar a austeridade. Recusar democraticamente este diktat, o que a Islândia pode fazer, não é possível na Grécia por causa do Euro. É claro que o povo grego, na sua maioria, provavelmente não aceitaria, pelo menos não facilmente, as consequências das ruturas necessárias para uma outra política (saída do Euro, repúdio ao menos parcial da dívida pública, exclusão provável da Europa e embargo dos países “espoliados”, fuga de capitais, etc.). Mas com os remédios da troika, “o sangue, o suor e as lágrimas” segundo a fórmula celebre de Churchill, já chegaram, embora sem a esperança da vitória. O projeto de decrescimento não pretende evitar este sangue, este suor e estas lágrimas, mas ao menos, abre a porta sobre a esperança. A única maneira de escapar, o que desejamos profundamente, seria conseguir sair a Europa da ditadura dos mercados e construir a Europa da solidariedade, da convivialidade preconizada pelo decrescimento, este cimento do elo social que Aristóteles chamava a *philia*.

Para mais informações contacte-nos através do email: cidac@cidac.pt

Tradução de Josiane Boudon, abril de 2012